



Prova escrita objetiva – Nível Superior

ASSISTENTE SOCIAL

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e trinta minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

Considerando-se a relação lógica existente entre os dois segmentos dos pensamentos (Millôr Fernandes) adiante citados, o espaço pontilhado que NÃO poderá ser corretamente preenchido pela conjunção mas é:

- (A) Guio bem, o motor do meu carro sempre foi pra mim um mistério insondável.
- (B) Condenam-se muito os excessos, também há um limite para o mínimo.
- (C) Eu sofro de mimfobia, tenho medo de mim mesmo, me enfrento todo dia.
- (D) A pobreza não é necessariamente vergonhosa, há muito pobre sem vergonha.
- (E) Pobreza extrema é quando uma pessoa não entra na favela, acha aquele ambiente grã-fino demais para ela.

2

Em manchete de janeiro de 2015, um jornal esportivo dizia o seguinte: “Vasco e Flamengo talvez joguem em São Paulo!”.

A manchete traz ambiguidade por causa de um problema de construção, identificado como:

- (A) emprego de palavras de duplo sentido;
- (B) mau uso da coordenação;
- (C) indistinção entre agente e paciente;
- (D) duplicidade de referências possíveis;
- (E) omissão indevida de termos.

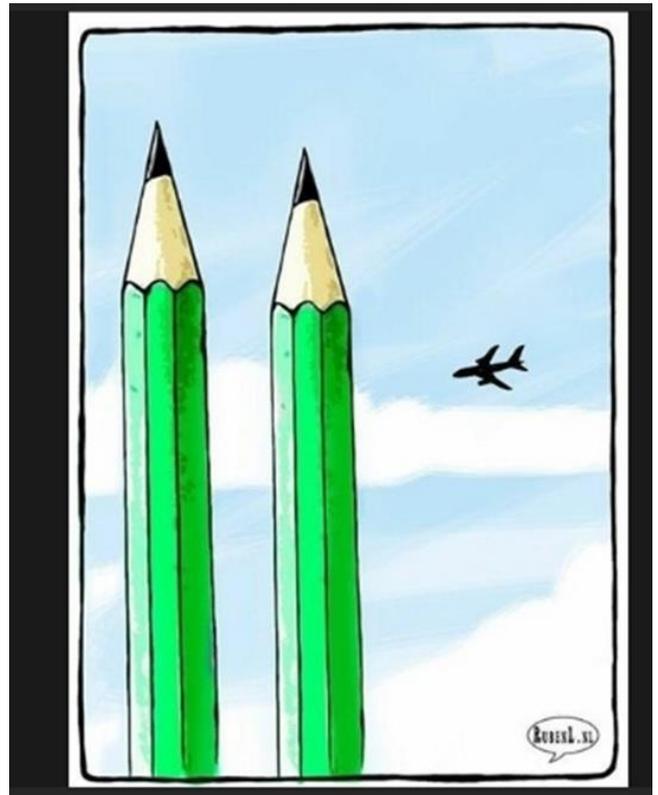
3

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à concordância verbal recomendada pela norma culta é:

- (A) A lista de assinantes da revista, uma vez autenticada pela direção, mostram profissões as mais estranhas possíveis.
- (B) Nenhum dos terroristas que vinham atacando alvos na Europa nos últimos meses apresentaram-se à Polícia.
- (C) Segundo a TAM, o voo teve seu atraso justificado, mas quem voaria para outros países foi transferido para outras companhias.
- (D) Os cães aprendem a andar com as próteses, equipamento que os ajuda a se deslocar de um lugar para outro.
- (E) Mas foram nos jogos da Copa do Mundo que a maioria dos jogadores conquistaram a fama que hoje justifica seus altos salários.

4

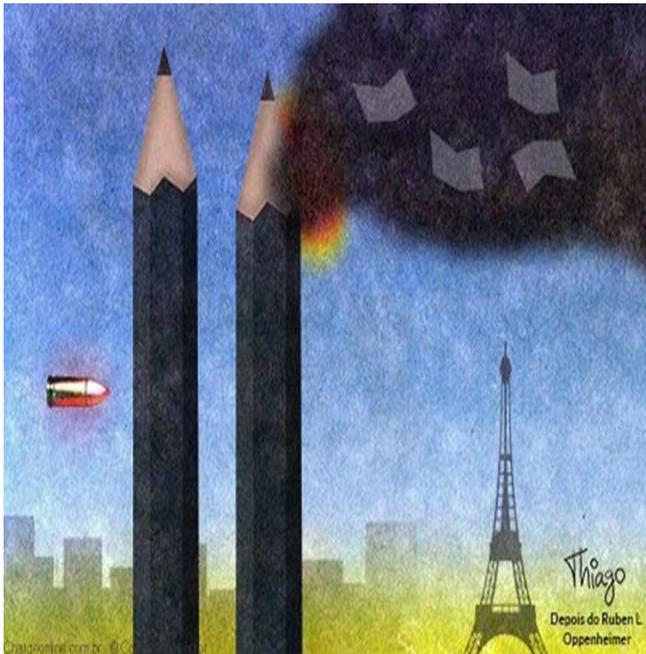
Observe a charge 1 abaixo, publicada por ocasião dos atos terroristas em Paris, em janeiro de 2015; a afirmativa INADEQUADA sobre a imagem é:



- (A) há uma referência clara aos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos há algum tempo;
- (B) as imagens dos lápis indicam metonimicamente a profissão de algumas das vítimas;
- (C) a presença do avião indica a rapidez da comunicação com apoio da tecnologia nos dias de hoje;
- (D) a imagem mostra um ataque a valores culturais, aqui representados pela arte do desenho;
- (E) a imagem representa uma situação temporal anterior aos atentados e às mortes.

5

Observe, agora, a charge 2 a seguir; comparando-se essa imagem com a da charge 1, a afirmativa adequada é:



- (A) a bala à esquerda tem por alvo a Torre Eiffel;
- (B) a imagem da Torre Eiffel transfere a França para os Estados Unidos;
- (C) os lápis aqui representam as indústrias modernas;
- (D) a Torre Eiffel situa os atentados na cidade de Paris;
- (E) as folhas de papel no meio da fumaça mostram a relatividade da arte.

6

Observe agora a charge 3 sobre o mesmo tema. A afirmativa INADEQUADA sobre ela é:



- (A) a representação remete a uma famosa fábula, de que participam o lobo e a ovelha;
- (B) a ovelha indica a imprudência dos jornalistas na elaboração ofensiva das charges;
- (C) o lobo representa figurativamente a violência dos terroristas;
- (D) os personagens representam a disparidade de forças dos atos terroristas;
- (E) a ovelha mostra, em sua fala, a negação do direito à liberdade de expressão.

7

Na charge 3, a frase “Sabendo da sua intolerância” pode ser adequadamente substituída por:

- (A) Ao saber da sua intolerância;
- (B) Já que sei da sua intolerância;
- (C) Mesmo que saiba da sua intolerância;
- (D) Quando soube da sua intolerância;
- (E) Caso saiba da sua intolerância.

8

Na fala da ovelha (charge 3) há alguns problemas de correção; o fato linguístico que se opõe à norma culta da língua, nesse caso, é a:

- (A) mistura de tratamentos;
- (B) conjugação errada de verbos;
- (C) falha na concordância;
- (D) utilização de grafia errada;
- (E) ambiguidade de construções.

9

“Se eu não tivesse desperto e escutado o barulho, os ladrões teriam entrado”, declarou o proprietário do imóvel.

Se reescrevermos a frase acima, corrigindo a impropriedade gramatical que nela ocorre, teremos:

- (A) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (B) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (C) Se eu não estivesse desperto e estivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (D) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (E) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.

10

Entre as mensagens abaixo, a única que está de acordo com a norma escrita culta é:

- (A) Verifique os dados da conta a pagar. Clica neste botão!
- (B) Demonstra que você é esperto. Pague suas contas em dia.
- (C) Controla teu dinheiro e viaje tranquilo.
- (D) Não despreze as feias. Confira suas qualidades.
- (E) Em caso de fogo, procure os extintores. Pede o apoio da brigada.

11

Num açougue, um pequeno cartaz dizia: “Aqui, a única carne fraca é a do açougueiro”.

Considerando-se a situação de comunicação, o cartaz mostra uma:

- (A) desvalorização do produto a ser vendido;
- (B) informação desabonadora sobre o comerciante;
- (C) mensagem comercial de fundo humorístico;
- (D) informação justificadora de preços mais altos;
- (E) estratégia de atração para clientes do sexo feminino.

12

“Geralmente gastavam pouco, mas como haviam recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras”.

Reescrevendo-se o período, mantém-se o sentido original apenas em:

- (A) A caminhada foi cheia de paradas para compras, uma vez que haviam recebido bastante na colheita do algodão, dado que geralmente gastavam pouco.
- (B) Havia recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras porque geralmente gastavam pouco.
- (C) Porque haviam recebido bastante na colheita do algodão, geralmente gastavam pouco, e a caminhada foi cheia de paradas para compras.
- (D) Ainda que geralmente gastassem pouco, a caminhada foi cheia de paradas para compras, pois haviam recebido bastante na colheita do algodão.
- (E) Em virtude de gastarem geralmente pouco e de haverem recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras.

13

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à regência (nominal e verbal) recomendada pela norma culta é:

- (A) O deputado insistia em dizer que o tema principal do projeto seria “o transporte ferroviário”, com o que discordava a grande maioria.
- (B) Enquanto a Espanha participava de uma discussão no grupo dos países de fala hispânica, do qual não pediu para integrar, a situação dos demais era tranquila.
- (C) Em busca de rápido enriquecimento, os médicos escolhem cuidadosamente aonde trabalhar, dando prioridade à locais de mais fácil acesso.
- (D) Um grupo da comunidade vizinha encontrou um carro de bebê deixado por outro morador inconsciente com a limpeza do local.
- (E) O regulamento possibilita conseguir-se um dia preferir o lazer ao descanso, o amor ao interesse e à aventura, a tranquilidade.

14

“Ao se apresentarem os projetos, chegou-se à seguinte conclusão: pôr em discussão esses projetos com outros menos caros equivaleria a julgar melhor o valor desses projetos, em vista do princípio geral que vem julgando os mesmos projetos”.

Transcrevendo o texto, substituindo as expressões sublinhadas por pronomes pessoais que lhes sejam correspondentes e efetuando as alterações necessárias, as formas adequadas seriam, respectivamente:

- (A) pô-los / julgar-lhes / os vem julgando;
- (B) por-los / julgá-los / vem julgando-os;
- (C) pô-los / julgar melhor o seu valor / vem-nos julgando;
- (D) por em discussão eles / julgar-lhes / os vem julgando;
- (E) por-los / julgar o seu melhor valor / vem julgando-os.

15

Dos verbos assinalados, só está corretamente empregado o que aparece na frase:

- (A) O atual síndico quer crescer a arrecadação de condomínios em cerca de 40%.
- (B) Os candidatos participaram das provas sem que a chegada com atraso prejudicou a organização.
- (C) Se fazer cálculos sobre os resultados do concurso já era difícil, agora tornou-se mais problemático.
- (D) O treinador ficará contente quando vencer metade dos jogos e transpor os adversários mais difíceis.
- (E) Por mais que os jogadores se esforçam nos treinos, a colocação na tabela está cada vez pior.

Noções de Direito

16

O Art. 359-D do Código Penal prevê o crime de Ordenação de despesa não autorizada, prevendo o preceito primário “ordenar despesa não autorizada por lei”.

Sobre tal delito, é correto afirmar que:

- (A) é norma penal em preto, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal é utilizada para complementar o tipo;
- (B) admite a modalidade culposa de acordo com o Código Penal;
- (C) é classificado como crime de conduta omissiva;
- (D) consuma-se apenas quando é efetivada a despesa não autorizada por lei, não bastando a simples ordenação;
- (E) é crime próprio, pois o sujeito ativo é o funcionário público competente para ordenar despesa.

17

A ordem constitucional de 1988, mantendo a tradição brasileira, seguiu o sistema federativo. Assim, a existência de uma Constituição Federal denota que:

- (A) todos os entes federados estão submetidos aos comandos estatuídos pela União, somente podendo legislar quando autorizados por esta;
- (B) a união dos entes federados é provisória, podendo ser dissolvida sempre que for o desejo do povo, que pode ser consultado em plebiscito;
- (C) todos os entes federados contam com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si;
- (D) existe uma descentralização política entre os entes federados, que exercem as competências ali previstas;
- (E) existe uma união indissolúvel entre Estados, Municípios, Territórios e o Distrito Federal.

18

A partir das diretrizes constitucionais a respeito da estruturação dos tribunais dos Estados, analise as afirmativas abaixo:

I – O Tribunal de Justiça sempre funcionará de forma centralizada, sendo vedado o aumento da despesa pública com a criação de órgãos colegiados fora da capital do Estado.

II – O Tribunal de Justiça deve ter as suas competências definidas na Constituição da República, o que assegura a unidade de organização entre todos os Estados da Federação.

III – É facultado ao Tribunal de Justiça propor, ao Poder Legislativo, a criação da Justiça Militar estadual, que pode contar com um Tribunal de Justiça Militar como órgão de segundo grau.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

19

Bernardo e Paulo estavam prestes a ser nomeados para ocupar cargos públicos no Estado de Santa Catarina, sendo certo que o primeiro ocuparia um cargo de professor, já que fora aprovado em concurso público, e, o segundo, um cargo em comissão. O Chefe da Diretoria de Pessoal comunicou que ambos estavam obrigados a apresentar declaração de bens por ocasião de sua posse, acrescentando que a declaração de Paulo seria publicada no órgão oficial do Estado. É possível afirmar, à luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, que a conduta do Chefe da Diretoria de Pessoal é:

- (A) constitucional, pois todo agente público deve apresentar declaração de bens por ocasião da posse, mas somente a declaração do ocupante de cargo em comissão é publicada;
- (B) inconstitucional, já que informações de natureza patrimonial dizem respeito à intimidade do agente público;
- (C) constitucional, pois o princípio da hierarquia autoriza que cada órgão administrativo defina as regras de conduta a serem observadas pelos agentes públicos inseridos em sua estrutura;
- (D) inconstitucional, já que, por imperativo de isonomia, não poderia ser estabelecido tratamento diferenciado entre Bernardo e Paulo;
- (E) constitucional, pois o direito à intimidade não pode ser invocado pelos agentes públicos, adstritos que estão, em todos os atos de sua vida, ao princípio da publicidade.

20

Na relação entre o funcionário ocupante de cargo público e a Administração Pública existe um especial dever de lealdade e confiança, pois aquele passa a ter conhecimento sobre determinados fatos apenas em razão de sua função, fatos estes que muitas vezes são sigilosos e não podem ser revelados. Considerando isso, analise os itens a seguir:

I – revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo;

II – modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente;

III – facilitar revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo.

Pratica o crime de Violação de Sigilo Funcional, previsto no Art. 325 do Código Penal, aquele que realiza as condutas previstas nos seguintes itens:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

21

Cometeu crime previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), aquele que:

- (A) praticou delito de homicídio, matando um funcionário público que, à época do ilícito, era integrante da Comissão Permanente de Licitação;
- (B) apropriou-se, na qualidade de funcionário público, de valor de que detinha a posse em razão do cargo, que seria utilizado para pagar sociedade empresária vencedora de licitação;
- (C) desviou, para si, valendo-se da função pública que exerce, os bens adquiridos pelo poder público após processo licitatório;
- (D) frustrou, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- (E) subtraiu, para si, coisa alheia móvel decorrente da adjudicação do objeto da licitação, mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

22

Alexandre é servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e está lotado no gabinete de determinado desembargador. Em matéria de regime jurídico, com amparo no texto constitucional, é correto afirmar que a Alexandre:

- (A) não se aplica a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos;
- (B) não se aplica o teto constitucional de remuneração de servidores públicos;
- (C) aplica-se o benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (D) aplica-se a estabilidade, após três anos de efetivo exercício;
- (E) aplica-se o chamado regime geral de previdência social.

23

Paulo, presidente da mais importante empresa pública do Estado de Santa Catarina, foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça desse Estado. Considerando as normas válidas e eficazes da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça:

- (A) não tem competência originária para julgar nenhuma autoridade por crime de responsabilidade;
- (B) somente tem competência originária para julgar os Juizes de Direito por crimes de responsabilidade;
- (C) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, estando o presidente de empresa pública entre elas;
- (D) somente possui competência recursal para julgar os acusados de crimes de responsabilidade;
- (E) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, não estando o presidente de empresa pública entre elas.

24

A disciplina estabelecida na Constituição do Estado de Santa Catarina, afeta à Administração Pública estadual, permite afirmar que:

- (A) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresarial;
- (B) a constituição e a extinção de sociedades de economia mista devem ser autorizadas em lei;
- (C) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica;
- (D) somente a constituição de subsidiárias de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção;
- (E) somente a constituição de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção.

25

O Estado de Santa Catarina, por meio de delegação legal, criou uma autarquia estadual para prestar determinado serviço público, observadas as formalidades legais. Trata-se de fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, conhecido como:

- (A) desagregação;
- (B) desdobramento;
- (C) descentralização;
- (D) desmembramento;
- (E) desconcentração.

26

Maria, deficiente visual, dirigiu-se ao posto de saúde municipal para consulta de urgência, com dor abdominal aguda. A paciente foi encaminhada para exame de raio X. Mesmo estando cientes da deficiência visual da cidadã, os funcionários da unidade de saúde não adotaram as medidas pertinentes consistentes em cuidados especiais com a locomoção e acomodação de Maria para evitar acidentes e, durante o exame, a paciente sofreu uma queda. O tombo ocasionou-lhe traumatismo crânio-encefálico, causa de sua morte, que ocorreu dois dias depois. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) exclusiva, direta e pessoal de todos os funcionários que agiram com culpa;
- (B) subjetiva do Município, sendo imprescindível a comprovação da culpa de seus agentes;
- (C) solidária entre o Município e os funcionários que agiram com culpa;
- (D) subsidiária do Município, que somente responde pelos danos causados por seus agentes caso eles sejam insolventes;
- (E) objetiva do Município, sendo desnecessário comprovar o elemento subjetivo de seus agentes.

27

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar o seguinte sobre a licença-prêmio:

- (A) o servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão faz jus a três meses de licença-prêmio, a cada quinquênio de efetivo exercício;
- (B) é permitida a conversão da licença-prêmio em pecúnia, em valor não inferior a cinquenta por cento da remuneração do servidor;
- (C) a requerimento do servidor, a licença-prêmio será gozada de forma fracionada, em parcelas não inferiores a cinco dias;
- (D) interrompe-se a contagem do quinquênio, se o servidor sofrer, no período, pena de suspensão ou faltar ao serviço, sem justificção, por mais de dez dias;
- (E) após cada triênio de serviço público estadual, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a licença-prêmio, com remuneração integral, pelo período de um mês.

28

Os agentes administrativos gozam de uma série de prerrogativas de direito público que permitem ao Estado alcançar os fins a que se destina. Nesse contexto de poderes administrativos, é correto afirmar que o poder:

- (A) discricionário possibilita ao administrador adotar qualquer postura com base em seu interesse particular, desde que alegue atender à finalidade pública;
- (B) regulamentar está relacionado à prerrogativa da Administração de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação;
- (C) de polícia é exclusivamente exercido pelas forças de segurança pública, tais como as polícias militar e civil na esfera estadual;
- (D) soberano é titularizado temporariamente pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto estiver no efetivo exercício do mandato eletivo;
- (E) jurisdicional é exercido pelo Chefe do Poder Executivo, nos casos que envolvam questões administrativas afetas à sua esfera de poder.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de médico, lotado na Secretaria Estadual de Saúde, exigiu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais, a fim de elaborar laudo médico que atestasse a incapacidade laborativa da igualmente servidora estadual Paula. Por conta da narrada exigência de vantagem indevida, Antônio cometeu crime de:

- (A) concussão;
- (B) peculato;
- (C) exercício ilegal da medicina;
- (D) corrupção ativa;
- (E) corrupção passiva.

30

Felix, oficial de justiça, foi à casa de André para dar cumprimento a mandado de citação em ação penal em que este figurava como réu. No local, encontrou o denunciado, que arrumava suas malas para fugir do país. Diante da situação, resolveu solicitar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para certificar que o acusado não foi localizado na diligência, o que foi efetivamente realizado mediante pagamento da quantia.

O crime praticado por Felix foi de:

- (A) corrupção passiva;
- (B) prevaricação;
- (C) corrupção ativa;
- (D) modificação ou alteração não autorizada no sistema de informações;
- (E) concussão.

Conhecimentos Específicos

31

Joana, assistente social recém-formada, foi contratada por uma Organização Não Governamental (ONG) para elaborar e executar um projeto social. O projeto tem como público-alvo pessoas com deficiência que realizam tratamento fisioterapêutico em uma instituição de reabilitação. O objetivo geral do projeto que Joana deve desenvolver é: “promover ações que contribuam para a melhora da qualidade de vida dos pacientes atendidos”. Joana, antes de iniciar o projeto, decide realizar uma pesquisa científica a fim de conhecer melhor a realidade social dos usuários que serão atendidos. Assim, ela elabora uma pesquisa de cunho qualitativo e utiliza como referência textos de Maria Cecília Minayo. Joana, seguindo as orientações da referida autora, divide o seu processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa nas seguintes etapas:

- (A) observação participante, trabalho de campo e análise documental;
- (B) fase exploratória, trabalho de campo, análise e tratamento do material empírico e documental;
- (C) ordenação dos dados, classificação dos dados e análise;
- (D) fase exploratória, trabalho de campo, sistematização e cruzamento de dados e publicação;
- (E) observação, entrevista e sistematização.

32

A gestão pública democrática sintonizada com o planejamento estratégico possui alguns traços específicos. Um deles é a descentralização, que não pode ser confundida com a desconcentração.

Para Teixeira (2009: 10-11):

I – Na descentralização há uma tentativa de democratização das decisões de interesse coletivo.

II – Há desconcentração quando responsabilidades são delegadas a instâncias estaduais e municipais, sem que sejam descentralizados os recursos necessários.

III – Há descentralização quando responsabilidades são delegadas a instâncias estaduais e municipais, sem que sejam desconcentrados os recursos necessários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

33

Segundo Teixeira (2009: 2-3), “(...) a formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas.”

Em consonância com os princípios do Projeto Ético Político hegemônico na profissão, o planejamento é legítimo apenas quando é:

- (A) um instrumental técnico neutro;
- (B) atribuição executada por um técnico governamental;
- (C) capaz de prever o futuro;
- (D) desenvolvido em instituições públicas;
- (E) um exercício de liberdade e participação da sociedade.

34

Uma criança de quatro anos atendida numa clínica da família é encaminhada a um hospital infantil por um médico via SISREG (Sistema de Regulação de Vagas do SUS) para atendimento especializado. O médico solicita que sejam realizados avaliação social e encaminhamentos, além de exames e internação, por ter identificado um possível caso de violação de direitos da criança. O Serviço Social entra em contato com o médico que realizou o atendimento inicial de acolhimento, pois não identificou problemas na entrevista social. Este informa que suspeita de abuso sexual, mas não havia notificado aos órgãos protetivos de controle social, e, portanto, a cópia da ficha SINAN não havia chegado ao Serviço Social para os procedimentos devidos. A criança foi internada na unidade até avaliação do resultado dos exames clínicos, que diagnosticaram: sífilis, condiloma sexual anal e HIV.

Nesse caso, observa-se a necessidade de:

- (A) o Serviço Social preencher a ficha SINAN com a suspeita de abuso; o encaminhamento da notificação ao CREAS do território que abrangia a casa do menino para denúncia ao Conselho Tutelar; e a saída da criança da unidade junto a um familiar que assine um termo de compromisso para realização de exame de corpo de delito no IML;
- (B) a equipe médica notificar o caso ao IML para preencher a ficha SINAN; e proceder à notificação ao Conselho Tutelar e ao CREAS;
- (C) o Serviço Social notificar o caso ao Conselho Tutelar e proceder à imediata destituição do poder familiar; e o encaminhamento da criança para a rede socioassistencial de abrigamento;
- (D) o Serviço Social solicitar o preenchimento da ficha SINAN ao médico, com a sua suspeita; o encaminhamento da notificação ao Conselho Tutelar do território que abrangia a casa do menino para acompanhamento; e a saída da criança da unidade condicionada à presença de um conselheiro tutelar para realização do exame de corpo de delito no IML;
- (E) a equipe médica solicitar o preenchimento da ficha SINAN ao Serviço Social com a sua suspeita; o encaminhamento da notificação ao CREAS; e a destituição do poder familiar por violação do direito da criança.

35

Em um hospital, o Serviço Social é contatado pela equipe de enfermagem, que informa que a mãe de uma das crianças internadas não comparece com a periodicidade necessária para as visitas, e muito menos acompanha a criança durante a noite, o que seria seu direito. Uma assistente social então convoca a mãe da criança para uma entrevista. Durante o atendimento, esta mãe informa que possui outro filho internado em outro hospital, e que por ter que se dividir entre duas instituições para poder ficar perto dos filhos, acabou perdendo o emprego. No momento, continua visitando ambas as crianças, mas priorizando o outro, cujo estado de saúde é mais grave e inspira maiores cuidados, e que nem sempre comparece às visitas por falta de dinheiro para a passagem. A assistente social então avisa à mãe da criança que fará uma denúncia junto ao Conselho Tutelar por entender que a criança está sendo negligenciada e é seu dever pedir que ela, após a alta, seja encaminhada a um abrigo ou a um lar substituto. Nesse caso, o encaminhamento adotado pela assistente social:

- (A) representa a solução que a mãe da criança não estava conseguindo tomar, pois estava exausta e não conseguia saber direito como proceder para atender aos seus dois filhos em uma situação de vulnerabilidade social e esgotamento físico e emocional;
- (B) vai ao encontro das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e ECA, cujas diretrizes e princípios, em primeiro lugar, buscam resguardar a integridade física e mental e os interesses da criança e do adolescente;
- (C) concorda com os princípios da legislação brasileira para Criança e Adolescente, pois a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para que uma mãe deixe de visitar seu filho, incidindo em prática de abandono e negligência a incapaz;
- (D) corrobora os ditames neoliberais, notadamente aqueles emanados para o Brasil pelo Consenso de Washington, que preconizam que os indivíduos devem ser responsabilizados por suas próprias escolhas, assim como a mãe, nesta situação, está fazendo, ao optar por um dos filhos;
- (E) vai de encontro ao preconizado no ECA e pelo CONANDA, pois a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar a criança ou o adolescente do convívio familiar ou encaminhá-los para serviços de acolhimento.

36

O Serviço Social de uma instituição pública dividiu suas ações em três eixos: plantão, visita e acompanhamento social. Os assistentes sociais que trabalham no plantão recebem os usuários, promovem o atendimento inicial, fazem uma entrevista social e o mapeamento das demandas dos usuários. É durante o atendimento inicial que os assistentes sociais orientam os usuários em relação aos serviços prestados pela instituição e os benefícios que poderão acessar de acordo com os seus direitos. Caso o assistente social do plantão identifique a necessidade de aprofundamento sobre as questões trazidas pelo usuário no atendimento inicial, fará uma solicitação de visita domiciliar para a equipe destinada a esse fim. Após a realização da visita domiciliar, a equipe desse setor elaborará um relatório e, caso necessário, o usuário será atendido pela equipe de acompanhamento social. Durante a realização das visitas domiciliares, cabe ao assistente social:

- (A) conhecer as condições em que vivem os sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista social realizada no atendimento inicial;
- (B) conhecer as condições em que vivem os sujeitos por meio da aferição da veracidade das informações fornecidas durante a entrevista social realizada no atendimento inicial;
- (C) elaborar o perfil socioeconômico da família ou usuário visitado e sua comunidade de referência a fim de verificar se há respaldo para a cessão do benefício;
- (D) conhecer o cotidiano do usuário, observando as condições de sua moradia como o número de cômodos e a quantidade e variedade de aparelhos na residência;
- (E) estabelecer parâmetros para a viabilização, ou não, de benefícios e/ou serviços sociais pleiteados pelos usuários a partir de critérios pré-determinados.

37

No que diz respeito ao afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, um dos instrumentos que irá subsidiar a decisão deste afastamento é o Estudo Diagnóstico, que deve, dentre outros, contemplar os seguintes aspectos:

- (A) grau de risco e desproteção ao qual a criança ou adolescente está exposto se não for afastado do ambiente familiar; e história familiar e se há padrões transgeracionais de relacionamento com violação de direitos;
- (B) se o afastamento do adulto envolvido na situação que está provocando a necessidade da retirada da criança ou adolescente do convívio familiar resolverá a questão; e se esta criança ou adolescente é responsável pelo cuidado de outro familiar;
- (C) recursos financeiros disponíveis na família de origem; e permanência da criança ou do adolescente em local o mais próximo possível de sua residência, a fim de manter amigos e escola;
- (D) mapeamento da rede socioassistencial próxima à residência desta criança ou adolescente; e entrevista com a direção da escola que esta criança ou adolescente frequentava a fim de saber se não provocou outras situações difíceis;
- (E) se a família depende desta criança ou adolescente para receber algum tipo de benefício socioassistencial; e escutar os vizinhos sobre a ocorrência de maus tratos ou algum tipo de abuso.

38

Cosme tem 13 anos e está cumprindo pela primeira vez uma medida socioeducativa. O adolescente, apreendido pelo furto de alimentos em um supermercado, está cumprindo a medida de liberdade assistida. A princípio, esta ação coaduna-se com a priorização das medidas em meio aberto, em detrimento das medidas privativas ou restritivas de liberdade. No entanto, segundo a Defensoria Pública, a aplicação de tal medida foi desproporcional ao ato cometido. Segundo o SINASE, compete ao município a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual. Ainda segundo o SINASE, o referido Plano deve ser deliberado pelo:

- (A) Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- (B) Centro de Referência de Assistência Social;
- (C) Conselho Tutelar;
- (D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- (E) CONANDA.

39

Na análise de vários autores, foi durante os anos 1990 que a política de assistência ganhou novos contornos no Brasil. Mesmo adquirindo o *status* de direito social e estando circunscrita na Seguridade Social, uma de suas novas características é:

- (A) a afirmação do caráter unicamente estatal da política de assistência e sua vinculação com a Seguridade Social;
- (B) a criação de uma rede de filantropia pública secundária para dar suporte ao aparato estatal;
- (C) os critérios de acesso estreitaram-se, limitando-se a situações de extrema pobreza;
- (D) a noção de direito social expandiu-se, passando a abarcar uma perspectiva verdadeiramente universalizante;
- (E) o reconhecimento do assistente social como o único profissional responsável por essa política.

40

A Política Nacional sobre Drogas (2005) é estruturada em cinco pilares principais: 1) Prevenção; 2) Tratamento, Recuperação e Reinserção Social; 3) Redução dos Danos Sociais e à Saúde; 4) Redução da Oferta; e 5) Estudos, Pesquisas e Avaliações.

No que se refere ao Eixo 5, uma de suas diretrizes é:

- (A) apoiar e divulgar as pesquisas científicas submetidas e aprovadas por Comitê de Ética, realizadas na área de redução de danos para o aprimoramento e a adequação da política e de suas estratégias;
- (B) avaliar o papel da mídia e seu impacto no incentivo e/ou prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas e os danos relacionados;
- (C) promover e incentivar as ações de desenvolvimento regional de culturas e atividades alternativas, visando à erradicação de cultivos ilegais no país;
- (D) incluir processo de avaliação permanente das ações de prevenção realizadas pelos Governos Federal, Estaduais, Municipais, observando-se as especificidades regionais;
- (E) estabelecer parcerias com universidades para implementação da capacitação continuada, por meio dos polos permanentes de educação, saúde e assistência social.

41

No que se refere à pesquisa em Serviço Social, o desenvolvimento de uma postura investigativa permanente é condição precípua:

- (A) daqueles que desejam obter financiamento de projetos;
- (B) para algumas áreas de atuação, a exemplo da Saúde;
- (C) que diz respeito à pós-graduação *stricto sensu*;
- (D) para poder supervisionar estudantes em estágio;
- (E) de todo o processo de formação profissional.

42

Um dos objetivos da Política Nacional Sobre Drogas (2005) consiste em assegurar dotação orçamentária e efetivo controle social sobre os gastos e ações preconizadas nesta política, em todas as etapas de sua implementação, contemplando os preceitos estabelecidos pelo CONAD, incentivando a participação da sociedade.

As ações de controle social para essa política poderão ser exercidas apenas:

- (A) em nível federal, com participação de toda a sociedade;
- (B) em nível federal e estadual, com participação de toda a sociedade;
- (C) em nível federal, estadual e municipal, com participação de toda a sociedade;
- (D) em nível federal e municipal, com participação de delegados eleitos pela sociedade civil organizada;
- (E) em nível federal e estadual, com participação de delegados eleitos pela sociedade civil organizada.

43

A análise dos autores que se vinculam à Teoria Crítica no que diz respeito "(...) às consequências e condições contemporâneas para o exercício profissional no âmbito das políticas sociais" (BEHRING, 2009: 20) reside no fato de que este termina por:

- (A) propiciar um projeto de formação profissional que se coadune às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, pois somente requer um perfil profissional adequado aos novos requisitos das políticas minimalistas em tempos neoliberais;
- (B) prescindir de um assistente social que pensa, cria, negocia demandas na arena pública, articula e elabora um projeto de intervenção, e cujo produto é o atendimento de necessidades individuais e também coletivas;
- (C) aumentar o número de instituições para o atendimento às populações vulneráveis, dotando estes espaços de condições de atendimento otimizadas e de acordo com o preconizado na legislação profissional;
- (D) capacitar profissionais para gerir a pobreza por meio de programas universalizantes, a partir de critérios que contemplem a totalidade dos estudos sobre a economia brasileira;
- (E) tentar incluir como de Serviço Social ações realizadas por um novo voluntariado profissional, oriundo das parcerias entre os governos e ONG ou entidades do chamado Terceiro Setor no atendimento às mazelas sociais.

44

De acordo com a Resolução nº 113 do CONANDA, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão exercer suas funções, em rede, a partir dos seguintes eixos estratégicos de ação:

- (A) implementação e efetivação de legislação específica de direitos humanos;
- (B) promoção, distribuição e fiscalização das instituições de direitos humanos;
- (C) estudo e diagnóstico de infrações aos direitos humanos básicos de crianças e adolescentes;
- (D) defesa, promoção e controle da efetivação dos direitos humanos;
- (E) seleção, treinamento e capacitação de pessoal para lidar com situações que envolvam os direitos humanos.

45

Em virtude dos megaeventos realizados no Brasil, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol, houve, em algumas capitais brasileiras, operações de recolhimento e internação compulsória de pessoas em situação de rua. Organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, como os Centros de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, denunciaram que durante essas operações, adolescentes supostos usuários de *crack* eram conduzidos até as delegacias especializadas de atendimento a crianças e adolescentes. Os adolescentes eram encaminhados para identificação e verificação da existência de mandados de busca e apreensão por descumprimento de medidas socioeducativas. Caso houvesse algum mandado expedido, o adolescente era diretamente conduzido para o sistema socioeducativo. Essas ações foram apontadas como higienistas e criminalizadoras da pobreza. A principal fundamentação jurídico-legal que demonstra a violação de direitos dos adolescentes durante essas ações é:

- (A) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;
- (B) o adolescente civilmente identificado só será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, com a presença do responsável legal, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada;
- (C) antes da condução do adolescente, a autoridade policial, em virtude da suspeita de cometimento de ato infracional, deve ter pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- (D) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão mediante denúncia fundamentada, ou por ordem da autoridade judiciária competente;
- (E) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em função de sentença lavrada mediante a presença do adolescente e de um juiz de direito.

46

O juiz da Vara da Infância e da Juventude sentenciou Fábio, 17 anos, autuado em flagrante de ato infracional por assalto seguido de morte, a cumprir medida socioeducativa de internação. Depois de cumprir 2 meses da medida aplicada, Fábio fugiu, e só foi apreendido quando faltavam 3 meses para completar 21 anos de idade.

Conforme o que estabelece o ECA, a autoridade competente poderá:

- (A) determinar que Fábio reinicie o cumprimento da medida socioeducativa até o prazo máximo de 3 anos;
- (B) determinar que Fábio cumpra o restante da pena em instituição penitenciária, já que atingiu a maioridade penal;
- (C) liberar Fábio de cumprir o restante da medida socioeducativa, em razão de ele ter atingido a maioridade penal;
- (D) reavaliar a situação jurídica de Fábio, privando-o de benefícios externos, e liberá-lo tão logo complete 21 anos de idade;
- (E) remeter o processo à Vara Criminal para novo julgamento, tendo em vista que Fábio já é maior de idade.

47

A equipe de Serviço Social da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital executa um projeto social com os adolescentes que foram apreendidos em virtude da prática de atos infracionais. Esse projeto tem por objetivo contribuir para a redução do fenômeno da reincidência. Após um ano de execução, a equipe está elaborando instrumentos para avaliar o projeto. O número de adolescentes que voltaram a cometer atos infracionais é a base dessa avaliação.

Ao analisar os efeitos que as ações e os procedimentos provocaram, tendo como parâmetro os objetivos do projeto, a equipe do Serviço Social realizará uma avaliação:

- (A) de processo;
- (B) de estrutura;
- (C) somativa;
- (D) de resultado;
- (E) participativa.

48

Lucas, 9 anos, vive com a avó paterna desde 3 anos de idade, quando o pai foi morto pela polícia numa operação de combate às drogas, e a mãe, presa na mesma operação. Durante os 6 anos em que a mãe de Lucas esteve presa, a avó nunca o levou para visitá-la e omitiu dela e dos avós maternos o endereço para onde se mudou com o neto. Agora, em liberdade, a mãe de Lucas, que voltou para a casa dos pais e os está ajudando no trabalho domiciliar de tosa de cachorros, recorre à Vara de Família pedindo a busca e apreensão do filho, sob a alegação de que a avó paterna a está impedindo de vê-lo. A avó contesta o pedido da mãe e requer sua destituição do poder familiar, alegando que Lucas, vivendo em ambiente familiar estruturado e confortável, sofrerá enormes prejuízos emocionais, materiais e educacionais caso volte a viver com uma mãe de quem mal se lembra e que possivelmente voltará à criminalidade.

A assistente social responsável pelo caso, durante o estudo social, confirma os dados que indicam as boas condições de vida e educação do menino oferecidas pela avó paterna, bem como a difícil situação financeira pela qual passa a mãe neste momento em que recém foi libertada do presídio. Entretanto, descobre que Lucas cresceu acreditando na versão contada pela avó, segundo a qual o pai morreu vítima de assalto e a mãe, depois de deixá-lo com ela, nunca mais deu notícias.

Em seu parecer, a assistente social sugere ao juiz as seguintes medidas:

- (A) indeferir o pedido de destituição do poder familiar; investigar a ocorrência de prática de alienação parental por parte da avó paterna, mantendo Lucas sob sua guarda, e regulamentar as visitas entre mãe e filho, até nova avaliação pela equipe técnica que acompanhará o caso;
- (B) deferir o pedido de busca e apreensão de Lucas; regulamentar as visitas de Lucas à avó paterna; investigar prática de ato de alienação parental por parte da avó paterna e estabelecer contra esta pagamento de pensão alimentícia em favor do neto;
- (C) determinar que a avó paterna revele ao neto a verdade sobre os fatos que o levaram a viver em sua companhia; indeferir o pedido de busca e apreensão feito pela mãe, bem como a destituição do poder familiar pleiteada pela avó, e estabelecer visita assistida entre Lucas e a mãe;
- (D) determinar a manutenção da guarda de Lucas com a avó paterna, até que os vínculos afetivos entre mãe e filho estejam consolidados e ela, estruturada profissionalmente, quando então lhe será outorgado o pleno exercício do poder familiar;
- (E) deferir a busca e apreensão de Lucas, devolvendo-o à mãe, que injustificadamente foi privada do contato com o filho pelas estratégias de alienação parental arquitetadas pela avó paterna, contra quem devem-se aplicar as sanções previstas na Lei nº 12.318/10.

49

Aline e a filha de 5 anos foram levadas a um hospital por um policial que as encontrou na rua, ambas em precário estado de saúde. Feitas as avaliações médicas, constatou-se que Aline estava com Aids e a criança com quadro avançado de desnutrição. Quando a criança teve alta foi levada para um abrigo por ordem do Juizado da Infância e da Juventude. Aline, que dizia não ter domicílio nem qualquer parente ou amigo que pudesse ser contatado, permaneceu internada por seis meses até que faleceu. Durante a internação, uma das enfermeiras de quem ficou muito próxima, passou a visitar semanalmente sua filha no abrigo e, mediante autorização judicial, levava periodicamente a menina para visitá-la no hospital. Antes de morrer, Aline pediu à enfermeira que adotasse sua filha, já que sabia do amor que ambas nutriam uma pela outra e que morreria tranquila se soubesse que a filha seria criada por ela. De posse de uma carta escrita por Aline, na qual tal desejo é explicitado e fundamentado, a enfermeira recorre à Vara da Infância e da Juventude solicitando a adoção.

Conforme a legislação pertinente, o referido pedido de adoção:

- (A) deverá ser deferido, já que o superior interesse da criança prevalece sobre todos os demais;
- (B) poderá ser deferido, mediante avaliação da equipe técnica da Vara, que dará curso ao processo de habilitação para adoção;
- (C) deverá ser indeferido, já que a Lei Nacional de Adoção prevê que toda criança desassistida seja entregue ao Cadastro de Adoção;
- (D) deverá ser indeferido, e a criança entregue ao primeiro da fila do cadastro de adotantes, conforme prevê o ECA;
- (E) poderá ser indeferido, caso o Conselho Tutelar comprove a inaptidão da requerente para a adoção.

50

O Brasil ocupa a sétima posição mundial em assassinatos de mulheres. Segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), de 1980 a 2010 mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no país, sendo que mais de 43 mil dessas mortes ocorreram na última década. Em 41% dos casos elas foram mortas em sua própria casa, por companheiros ou ex-companheiros. No mesmo estudo verificou-se que a proporção de feminicídios por 100 mil mulheres em 2011 superou o patamar de 2001. Pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos da Violência da Universidade do Ceará revela indicadores do perfil das vítimas: mais da metade dos óbitos foram de mulheres entre 20 e 39 anos; 61% dos óbitos foram de mulheres negras; em mais da metade dos casos as vítimas tinham baixa escolaridade.

Levando-se em conta que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), promulgada em 2006, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, o painel descrito acima revela que:

- (A) a Lei Maria da Penha mostrou-se ineficaz para o combate a um tipo de violência cujas raízes sociais, culturais e econômicas exigem maior rigor na aplicação da Lei, já que a impunidade é fator suficientemente explicativo para a persistência do fenômeno;
- (B) a Lei Maria da Penha peca ao estabelecer como sujeito passivo da violência, única e exclusivamente, a mulher, caracterizando-se como discriminatória no exato momento em que afronta a igualdade entre homem e mulher no exercício de direitos e deveres;
- (C) a norma jurídica em si, a despeito de sua importância e necessidade, tem alcance limitado no enfrentamento de um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral, física e econômica, tanto em nível micro como macrosociológico;
- (D) o combate à violência contra mulheres, negros, homossexuais, exige, além de leis de proteção específicas, investimentos em educação de qualidade, única via capaz de conter a violência generalizada que marca as sociedades contemporâneas;
- (E) a Lei Maria da Penha não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida que exige apenas melhor aparelhamento das Delegacias de Mulher e a implementação da Lei nos grotões e bolsões mais distantes do território nacional.

51

Desde fins da década de 90, políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família no Brasil, o Progressa no México, o Programa Familiar na Argentina, o Família em Ação na Colômbia, foram implementadas na América Latina, Ásia e África, por orientação e/ou financiamento do Banco Mundial e do Bird.

Considerando as diretrizes políticas gestadas no presente contexto socioeconômico, esses programas estão voltados às seguintes estratégias:

- (A) focalização dos direitos sociais, redistribuição de renda e assistencialismo;
- (B) universalização de direitos, ampliação da cidadania e combate à miséria;
- (C) redução da desigualdade social, contenção do gasto público e regulação do mercado;
- (D) garantia de renda mínima, fortalecimento do mercado interno e pacto social;
- (E) focalização das políticas sociais, contenção dos gastos sociais e controle social.

52

“Embora não seja viável dar conta da pobreza no capitalismo, nem em sua face material, pois, dialeticamente falando, riqueza e escassez fazem parte do mesmo todo, nem em sua face política, porque o mercado não suporta o papel de mero instrumento da cidadania, é possível arquitetar uma política mais adequada de combate à pobreza, que comece por admitir que política social, para ser “social”, precisa interferir nas relações de mercado – toda política social que não implica interveniência nas relações de mercado não é propriamente social, porque deixa tudo como está, mesmo sob os mais espetaculares discursos e projetos”. (Demo, 1997)

A partir dessa citação, pode-se depreender da visão do autor que:

- (A) uma política de combate à pobreza centrada na assistência e em medidas compensatórias deixa intocada a concentração de renda, pilar da desigualdade social;
- (B) a flexibilização dos direitos trabalhistas representou o ponto de chegada para o aprofundamento da concentração de renda;
- (C) a regulação do mercado, sobretudo do financeiro, está na raiz da redução do papel do Estado no investimento em políticas públicas;
- (D) uma política adequada de combate à pobreza e à desigualdade social exige vontade política e ampliação dos direitos sociais;
- (E) o enfrentamento da pobreza só é possível mediante a transformação radical da sociedade de classes, cujo vetor é a socialização dos meios de produção.

53

O Estatuto da Criança e do Adolescente completou 24 anos e, apesar de incluída entre as mais modernas legislações do mundo, pouco alterou o quadro de abandono, privação e violência a que milhares de crianças e adolescentes estão submetidos cotidianamente, como o demonstram os cerca de 40 mil abrigados, os quase 20 mil que cumprem medida socioeducativa de internação, os outros tantos que perambulam pelas ruas furtando ou se prostituindo, e os muitos que sofrem maus-tratos dentro de suas casas.

Na perspectiva da efetivação dos direitos formalmente estabelecidos no ECA, considere as seguintes assertivas.

I - O ECA precisa ser reformado porque é uma legislação incompatível com o grau de maturidade política da sociedade brasileira, e uma das mudanças necessárias é a redução da maioridade penal.

II - A falta de recursos orçamentários próprios e as precárias condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares, além do fato de o ECA estar atrelado a um paradigma obsoleto de política social comprometem sua eficácia em importantes aspectos.

III - O excesso de permissividade, que estimula a transgressão juvenil, desmoraliza a Doutrina da Proteção Integral na percepção da sociedade, fator importante para a perda de legitimidade de qualquer Lei, o que consequentemente reduz seu potencial de eficácia.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e III;
- (D) II e III;
- (E) I e II.

54

O assistente social atua em diferentes espaços ocupacionais e, geralmente, em conjunto com profissionais de diferentes formações.

Em referência aos desafios postos pelo trabalho interdisciplinar, analise as afirmativas a seguir:

- I) Qualquer área profissional será sempre incompleta, pois o conhecimento e o saber multiplicam-se na medida em que se questionam, dialogam, conflitam ou apenas complementam-se.
- II) A interdisciplinaridade, como produto da atuação multiprofissional, só é viável como método de trabalho, uma vez que as especificidades e a autonomia de cada área de conhecimento são indissociáveis da identidade profissional.
- III) A interdisciplinaridade é um processo de interação entre diferentes saberes, no qual o trabalho multiprofissional acontece de forma interdependente, geralmente com troca e cooperação residual.
- IV) O assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como estimular o trabalho interdisciplinar, mas em matéria de Serviço Social a elaboração ou subscrição de pareceres é de sua exclusiva competência.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I, II e III;
- (B) III e IV;
- (C) II;
- (D) I e IV;
- (E) IV.

55

Em referência ao Plano Nacional de Proteção e Promoção do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, analise as afirmativas a seguir:

- I) O Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a criminalização das crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA.
- II) Após consulta pública, o Plano foi elaborado pelo CONANDA e pelo PNAS a partir dos subsídios propostos pela Comissão Intersetorial, composta por representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais.
- III) Apesar de constituir medida de natureza excepcional e provisória, o acolhimento institucional ainda cumpre importante papel no cuidado a crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos, razão pela qual uma das diretrizes do Plano é o reordenamento dos programas de acolhimento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

56

Considerando que ao longo dos últimos 40 anos importantes transformações foram desfigurando a ordem social construída a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, particularmente na relação entre Estado e sociedade, analise as afirmativas a seguir:

- I) O Estado intervencionista transitou para o papel de Estado mínimo relativamente ao volume de recursos públicos destinados às políticas sociais e maximizou sua função penal.
- II) Os direitos sociais, historicamente condicionados pela alocação de recursos financeiros, transitam progressivamente para o lugar de 'instituído negado'.
- III) O paradigma da política social, antes concebido como direito de cidadania, regride ao patamar assistencialista de atenção a indivíduos em situação de vulnerabilidade social mediante ações compensatórias.
- IV) No Brasil, o comprometimento dos recursos destinados às políticas sociais tem ocorrido também em função da destinação de parte deles para a produção de superávit primário.
- V) A redução do papel social do Estado, por outro lado, resultou no fortalecimento de sua função reguladora e intervencionista no mercado, sobretudo o financeiro.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente V;
- (C) somente II e V;
- (D) somente I, III e IV;
- (E) I, II, III e IV.

57

Sobre a adequação das normas jurídicas às novas configurações familiares, analise as afirmativas a seguir:

- I) Refletindo as mudanças ocorridas na instituição familiar, o Código Civil sofreu importante alteração em sua redação ao adotar o termo 'poder familiar'.
- II) O ECA, no tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, em sua versão atual, reconhece os novos arranjos familiares, identificando, além da família natural, a família socioafetiva.
- III) A Constituição Brasileira de 1988 entende por vínculo de filiação legal, para todos os fins, aquele originado também pela adoção.
- IV) O Supremo Tribunal Federal recentemente reconheceu a família entre pessoas do mesmo sexo e estendeu a elas os direitos e deveres da união estável heterossexual, inclusive para fins de adoção.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) IV;
- (C) I e III;
- (D) I e IV;
- (E) II, III e IV.

58

Uma unidade de atendimento socioeducativo de semiliberdade tem a seguinte composição em seu quadro técnico: 01 assistente social, 01 psicólogo e 01 pedagogo. O assistente social, visando elaborar o seu projeto de intervenção profissional, decide fazer uma pesquisa com os adolescentes da referida unidade como forma de aprofundar o seu conhecimento a respeito dos usuários dos serviços da instituição. Em seu projeto o assistente social opta pela modalidade de pesquisa que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21).

A modalidade de pesquisa escolhida pelo assistente social é a pesquisa:

- (A) quantitativa;
- (B) bibliográfica;
- (C) qualitativa;
- (D) iconográfica;
- (E) descritiva.

59

Otávio, um senhor de 79 anos, sem herdeiros necessários, casa-se com Helena, 53 anos, sua ex-empregada doméstica. Como o casamento foi realizado pelo regime de separação de bens, conforme determina o Código Civil em caso de pessoa acima de 70 anos, Otávio decide doar para Helena seu único patrimônio, um apartamento bastante valorizado, em área nobre da cidade, com usufruto seu enquanto viver. De posse dessa informação, o sobrinho de Otávio entra com ação de interdição do tio, alegando que a medida, além de protegê-lo das manipulações oportunistas e interesseiras de Helena, visa assegurar seu próprio direito sucessório, passível de ser violado caso se consuma a doação.

Com base no Estatuto do Idoso e no Código Civil, considere as assertivas que devem compor a análise da situação pela assistente social responsável pelo caso:

- I) É assegurado ao idoso a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais garantidos na Constituição e nas Leis.
- II) Pessoas de qualquer idade, desde que no pleno gozo de suas faculdades mentais, podem dispor de seus bens a qualquer tempo, de acordo com as normas legais que preservam 50% do patrimônio caso haja herdeiros, como é o caso.
- III) A sucessão hereditária só ocorre com a morte do titular do bem, não existindo, portanto, herança de pessoa viva, fato que desqualifica uma das alegações do postulante da interdição.
- IV) Tornou-se recorrente o pleito de interdição de idosos, pautado na idade que ostentam e não na sua real condição mental, fato que configura imposição de constrangimento e desrespeito à liberdade, à autonomia e à dignidade da pessoa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I e III;
- (B) somente I e IV;
- (C) somente II e IV;
- (D) somente I, III e IV;
- (E) I, II, III e IV.

60

A Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao incorporar a Doutrina da Proteção Integral no tratamento dado às questões relativas à infância e juventude, considerou a normativa convencional internacional, reguladora da proteção e promoção dos direitos humanos, ratificada em caráter especial pelo Brasil, e aquela estabelecida por força de resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, dentre as quais destacam-se:

- (A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto de São José da Costa Rica (1969) e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1990;
- (B) o Pacto de São José da Costa Rica (1969), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado em 1992, e a Declaração de Pequim (1995);
- (C) a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o Protocolo de Quioto (1997) e o Pacto de São José da Costa Rica (1969);
- (D) a Declaração de Pequim (1995), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado em 1992;
- (E) a Declaração sobre os Direitos das Crianças (1924/59), a Convenção de Belém do Pará (1994) e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1990.

61

A história da inserção do Serviço Social no judiciário coincide com seu processo de profissionalização e inserção na esfera pública, na medida em que uma das primeiras instituições que recrutaram assistentes sociais foi o Juizado de Menores, particularmente no Rio de Janeiro, então capital da República.

Fazer essa genealogia, considerando o contexto sociopolítico da época, implica reconhecer que a prática dos assistentes sociais junto às famílias tinha por fundamento:

- (A) uma concepção funcionalista da sociedade, em cuja estratégia da ação profissional estava a adaptação e o ajustamento dos comportamentos disfuncionais;
- (B) uma ideologia segundo a qual as classes populares eram incapazes de cuidar e criar seus filhos, o que requeria uma intervenção de caráter pedagógico;
- (C) uma visão higienista que pressupunha em sua dimensão prática a seleção dos mais capazes, dentre aqueles que compunham seu público-alvo;
- (D) a razão prática, fundada no Positivismo, segundo a qual a ordem e o controle social se sobrepõem aos direitos civis e políticos;
- (E) a concepção das crianças e dos adolescentes, sobretudo pobres, como sujeitos de direito que demandavam proteção integral por parte do Estado e da sociedade.

62

A perícia social no judiciário tem a finalidade de conhecer, analisar e emitir parecer técnico sobre situações vistas como conflituosas ou problemáticas, geralmente no âmbito dos litígios legais, visando assessorar os juízes em suas decisões.

Enquanto atribuição privativa do assistente social, a perícia social:

- (A) por se tratar de opinião técnica, realizada por profissional habilitado na área social, não constitui meio de prova;
- (B) engendra em seu fazer profissional competência técnica, competência teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético;
- (C) mobiliza os seguintes métodos: a entrevista, a visita domiciliar, a observação e a análise de documentos;
- (D) resulta no laudo social, que consiste na síntese dos aspectos mais relevantes da análise e do oferecimento de sugestões;
- (E) resulta no parecer social, que corresponde à descrição detalhada dos elementos obtidos por meio do Estudo Social.

63

“(…) a identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar, e a percepção de parentesco e da divisão de papéis como fenômenos naturais, são obstáculos para a análise da instituição família. Por esta razão, propõe dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável” (Bruschini, 1993:50).

A partir dessa citação, analise as afirmativas a seguir:

- I) O modelo nuclear de família, tão natural no imaginário coletivo, só se consolidou por volta do século XVIII, como expressão da hegemonia da burguesia na direção política, econômica, moral e ideológica das sociedades capitalistas.
- II) Arranjos familiares diferentes do modelo nuclear sempre existiram, mas eram marginalizados, representados como disfuncionais e imorais, sobretudo se presentes nas classes mais empobrecidas. O mito da “harmonia familiar” era atributo exclusivo da família nuclear.
- III) O processo de reconhecimento normativo, político e simbólico das configurações familiares distintas do modelo dominante se revela na compreensão do conceito de instituição como um conjunto de práticas ou de relações sociais concretas que se reproduzem, e, nessa reprodução, se legitimam.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

64

Sobre a atuação dos assistentes sociais no campo sociojurídico, analise as afirmativas a seguir.

- I) Um dos primeiros espaços de inserção do profissional do Serviço Social na esfera pública, ainda nas protoformas da profissão, foi no que hoje se convencionou chamar de campo sociojurídico.
- II) Os assistentes sociais, no exercício profissional, atuam num campo extremamente tensionado por duas requisições, em essência contraditórias: manter a ordem social e garantir direitos.
- III) As habilidades técnico-operativas requeridas pela prática profissional nesse campo pressupõem o entendimento de que na interface entre Direito e Serviço Social o saber dominante é o jurídico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

65

Sobre as formas alternativas de resolução de conflitos, ou justiça emergentes, disseminadas tanto na esfera judicial como extrajudicial, é correto afirmar que:

- (A) a mediação se consolida como mais um campo de trabalho para os assistentes sociais, uma vez que suas técnicas integram o arsenal técnico-operativo do Serviço Social;
- (B) o sistema autocompositivo estatal prepondera sobre o não-estatal porque garante legalidade e legitimidade aos acordos firmados;
- (C) a arbitragem é um processo autocompositivo no qual as partes em disputa são auxiliadas por um terceiro, neutro ao conflito, para ajudá-las a chegar a um acordo;
- (D) a conciliação é um método não-adversarial, na medida em que as partes atuam juntas e de forma cooperativa, objetivando uma solução mais imediata para a controvérsia;
- (E) a mediação familiar, uma modalidade exclusivamente extrajudicial, visa a obtenção de acordos sobre questões decorrentes da ruptura conjugal.

66

Sobre o tema “Relação de Parentesco”, é correto afirmar que:

- (A) os parentes do cônjuge ou companheiro não possuem, para fins legais, relação de parentesco com os parentes do outro;
- (B) o parentesco em linha colateral provém de descendência comum;
- (C) o parentesco por afinidade alcança até o 4º grau na linha colateral;
- (D) na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento;
- (E) são parentes em linha transversal as pessoas que estão uma com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

67

Joana, com dezesseis anos de idade, obtém o consentimento de seus pais e se casa, sob o regime da comunhão parcial de bens, com Vinicius.

Um ano após o casamento, o casal se divorcia.

Decidida a vender o imóvel recebido de seus pais por doação antes do casamento, Joana tem o registro da venda do imóvel obstado, ao argumento de que, sendo menor de dezoito anos, somente pode praticar os atos da vida civil devidamente assistida por seus responsáveis legais.

Considerando a situação trazida no problema, é correto afirmar que:

- (A) os menores de dezesseis anos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los;
- (B) a incapacidade para os menores cessa pelo casamento;
- (C) a incapacidade para os menores cessa aos dezoito anos completos, pela emancipação, pelo exercício de emprego público e pela colação de grau em curso de ensino superior;
- (D) a alienação de imóveis envolvendo menores de dezoito anos depende de assistência dos representantes legais, ainda que o menor já tenha contraído matrimônio;
- (E) a menoridade cessa aos 21 anos de idade, idade em que é permitida a prática pessoal de todos os atos da vida civil.

68

Maria foi casada com João e com ele teve três filhos, hoje com idades entre três e seis anos. No acordo celebrado pelo casal por ocasião do divórcio, ajustou-se que manteriam a guarda compartilhada dos filhos, pactuando, ainda, que as crianças pernoitariam com o pai duas vezes por semana. Um ano após o divórcio, João contrai novas núpcias com Vera.

Diante do novo casamento do ex-cônjuge, Maria decide não mais permitir o pernoite das crianças com o genitor, com o argumento de que o acordo antes celebrado foi dissolvido na parte referente aos direitos e deveres a eles relativos. Nesse caso:

- (A) o novo casamento de qualquer dos ex-cônjuges não implicará restrições aos direitos dos pais em relação aos filhos;
- (B) o novo casamento de qualquer dos ex-cônjuges implicará a revogação do direito ao pernoite com os filhos até que se comprove o bom relacionamento entre os filhos e o novo cônjuge;
- (C) o novo casamento do cônjuge implicará a revisão automática do dever alimentar para com os filhos menores, o qual deverá ser adaptado à nova realidade econômica daquele que constituiu nova família;
- (D) o novo casamento de qualquer dos cônjuges implicará a modificação completa do acordo celebrado por ocasião do divórcio;
- (E) a modificação do pacto celebrado por ocasião do divórcio em relação ao dever de contribuir para o sustento dos filhos menores ocorrerá automaticamente com o nascimento de filho havido em nova união por qualquer dos cônjuges.

69

José e Dalva, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, falecem deixando dois filhos menores impúberes, vasto patrimônio, mas sem deixar testamento.

Diante da grave situação dos menores, os avós maternos, o avô paterno e um tio passam a disputar o exercício da tutela das crianças, ajuizando, todos, medida judicial competente.

No curso do processo onde se decidirá sobre quem exercerá a tutela dos menores, constata-se que o avô paterno não tem a livre administração de seus bens, em razão de interdição judicial.

Verifica-se também que os avós maternos são pessoas de pouca instrução e de poucos recursos financeiros, apesar de manterem a vida econômica equilibrada e o casamento estável.

O tio dos menores, por sua vez, tem vasto patrimônio e uma família equilibrada.

Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que a tutela dos menores deverá:

- (A) ser deferida ao tio, porque reúne todas as qualidades essenciais: é jovem, bem situado financeiramente e com vida familiar estável;
- (B) ser deferida a mais de um requerente, pois, havendo mais de um menor, ainda que irmãos, dar-se-á um tutor a cada um;
- (C) ser exercida por pessoa idônea, próxima às crianças e com formação intelectual capaz de bem gerir o patrimônio, considerando que os menores possuem vastos recursos financeiros;
- (D) ser deferida ao avô paterno, porque a família paterna tem preferência no exercício da tutela, em falecendo os pais sem deixar testamento indicando o tutor ou curador;
- (E) caber aos avós maternos, porque são ascendentes, mais próximos, destacando-se que a tutela não pode ser deferida a quem não tem a livre administração de seus bens.

70

Ana, casada com Roberto há dez anos, descobre que seu marido mantém relacionamento extraconjugal com Julia.

Depois de muita discussão, Roberto decide divorciar-se de Ana, deixando seus três filhos menores impúberes residindo em companhia materna.

Diante da ruptura da vida em comum, antes da concretização do divórcio, Ana decide ajuizar ação de alimentos em face do ex-cônjuge, buscando fossem concedidos para si e para os filhos.

Sobre o tema “Alimentos”, tratado na questão, é correto afirmar que:

- (A) o dever de prestar alimentos existe sempre para aquele que tem condições econômica de prestá-los, seja na hipótese de casamento ou união estável, independentemente de qualquer outro requisito;
- (B) o direito aos alimentos do cônjuge é indiscutível quando lhe couber residir com os filhos após o rompimento da vida conjugal;
- (C) o cônjuge culpado pela dissolução do casamento tem o dever de prestar alimentos ao cônjuge prejudicado como forma de reparar o dano;
- (D) a obrigação alimentar em relação ao cônjuge existe em havendo necessidade de quem pede e possibilidade de quem deve pagar;
- (E) o novo casamento do divorciado, advindo filhos da nova união, implica automática revisão da obrigação alimentar relativa ao primeiro casamento.

Realização

